

TRABALHO COM COMUNIDADES NO BRASIL: uma interpretação baseada na história

Ana Maria Pereira Cardoso*

1 INTRODUÇÃO

Há uma longa tradição do trabalho com comunidades no Brasil, decorrência, quem sabe, da vontade de maior justiça frente à gritante desigualdade que caracteriza a sociedade brasileira. De fato, dados recentes demonstram que em torno de 50% da riqueza do país estão nas mãos de 10% da população, enquanto os 50% mais pobres tem acesso a apenas 20% dela. Duzentas famílias detém a propriedade de 40% da terra agriculturável no país. A classe média, por sua vez, vem diminuindo de tamanho como consequência da aplicação do receituário de ajustes econômicos implementados neste final de século e que implicam em recessão e desemprego.†

Tentaremos descrever o que tem sido o trabalho com comunidades e a sua importância nessa sociedade desigual, partindo da contextualização de seu surgimento, destacando os enfoques teóricos que influíram na constituição de suas práticas, o conflito entre as posições teóricas e finalmente, seu exercício nos tempos presentes.

As linhas que se seguem têm como pressuposto que a História, longe de ser um ente abstrato regido por leis inumanas e imparciais, é gestada na tensão contínua entre grupos sociais em ação para fazer prevalecer seus interesses e visão de mundo.

2 SOBRE AS ORIGENS

Duas foram as fontes que alimentaram a introdução e a consolidação dos trabalhos com comunidades em nosso país, decorrentes ambas do contexto histórico de sua geração. Vamos nos ocupar de cada uma em particular.

2.1 O MOVIMENTO LEIGO NO SEIO DA IGREJA CATÓLICA

A presença marcante da Igreja Católica na sociedade brasileira advém dos primórdios da nossa história: desde a celebração da primeira missa para os marinheiros tripulantes das naus do descobrimento, todos os momentos importantes de constituição da nação foram marcados pela presença de religiosos. O século XX testemunha o reflexo das contradições sociais no interior da instituição:

* Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

† Segundo dados publicados em: CASTAÑEDA, J. *As duas faces de uma América injusta*. *Jornal do Brasil*, 31 de agosto de 1996. Caderno *Idéias/Livros*, p.5.

microcosmo da nação, contendo dentro de si, numa sociedade de classes, membros pertencentes a todos os grupos e classes sociais fundamentais e secundárias, tanto no sentido amplo do conjunto de todos os fiéis que se dizem católicos, quanto no sentido restrito de aparelho eclesiástico (bispos, padres, religiosos). (WANDERLEY, p. 67)¹

Sendo assim, os conflitos entre conservadores e progressistas, entre o rural e o urbano, entre posições direitistas e esquerdistas se fazem notar em suas práticas.

A situação sócio-política dos anos 30, com a ascensão da burguesia industrial e financeira ao poder, em substituição às velhas oligarquias rurais, exigiu da Igreja Católica uma busca de modernização para permanecer junto às elites dirigentes. Entre as possibilidades de concretizar as mudanças necessárias encontrava-se a abertura para a formação de grupos leigos através da fundação da Ação Católica, inspirada na sua homônima francesa criada em atendimento às diretrizes do Papa Pio XI. Em princípio a Ação Católica buscou estar próxima das elites dirigentes por meio de atividades junto aos intelectuais, visando especialmente a conquista dos jovens estudantes; é a época em que sua direção esteve confiada ao escritor Alceu de Amoroso Lima, que promoveu um trabalho de colocar o pensamento cristão em consonância com o processo de modernização da sociedade brasileira que estava em curso, aprofundando o relacionamento com o Estado e os setores políticos, alinhando-se com o pensamento governamental.

A partir de 1947 a Ação Católica passou a receber a orientação direta do padre Helder Câmara, que mais tarde terá presença ativa na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo seu primeiro Secretário Geral.

A CNBB tornará possível a elaboração de planos pastorais a nível nacional e permitirá a influência direta de certos bispos renovadores, que fazem parte de seus quadros (SOUZA, p.64)².

Segundo essa perspectiva de renovação social, a Ação Católica foi aos poucos voltando sua atenção para as classes dominadas e teve início uma política pastoral de educação popular que convocou para atuação a juventude oriunda das classes médias urbanas. O fim dos anos 50 e o início dos 60 presenciaram a proliferação dos movimentos leigos católicos de juventude: JEC - Juventude Estudantil Católica, JOC - Operária, JUC - Universitária. Eram grupos de militantes que pretendiam a transformação do meio social em que viviam através da ação junto aos oprimidos, e que tiveram destacada participação na conjuntura política dos anos 60, quando os temas do nacionalismo, do desenvolvimento, da educação e cultura populares, das reformas de base e da revolução social movimentaram todos os setores da sociedade brasileira.

Alimentada pelas idéias do Concílio Vaticano II, com sua proposta de renovação que colocava o "homem social" ("ser no mundo") como exigência de salvação e portanto centro da prática da fé católica, a CNBB se constituiu como espaço de resistência e oposição aos governos autoritários implantando as Comunidades Eclesiais de Base. As CEBs pretendiam reconquistar com os membros das classes subalternas o seu poder sobre a própria vida (através dos processos de deliberação, decisão e execução coletiva) e o seu saber (através da reapropriação do capital simbólico da fé cristã) abrindo espaço para a vigorosa participação dos jovens militantes em trabalhos comunitários de organização social inspirados pelos textos da Teologia da Libertação.

¹ WANDERLEY, L.E.W. *Educar para transformar; educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base*. Petrópolis: Vozes, 1984. 525p.

² SOUZA, L.A.G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984. 259p.

2.2 A ORIGEM AMERICANA DA "EXTENSÃO"

Outra matriz histórica dos trabalhos comunitários na sociedade brasileira decorre da importação do modelo de desenvolvimento rural adotado pela sociedade norte-americana.

Ainda que a burguesia industrial, que chegou ao poder na década de 30, tenha concentrado seus esforços políticos na industrialização do país, a amplitude territorial e a participação na produção de riqueza nacional pelo setor agrícola impuseram a necessidade de levar a "modernização" ao campo. O modelo desenvolvimentista adotado supunha o fortalecimento da produção rural com base em uma agricultura mais bem equipada e na melhor exploração da capacidade produtiva da terra.

Essa concepção potencializou o aparecimento de várias instituições governamentais direcionadas a "modernizar" a cultura rural e a difundir técnicas agrícolas mais eficazes para o manejo do solo e dos rebanhos. Foram criadas faculdades e centros de estudos de agronomia, zootecnia, economia doméstica em várias regiões interioranas, além de serem feitos grandes investimentos em setores ligados ao Ministério da Agricultura para assessoria e suporte à economia rural. Uma vez que não existiam no país os recursos humanos demandados para tal empreitada, foi feito acordo com os Estados Unidos para envio de estudantes em programas de intercâmbio, assim como muitos americanos aqui se estabeleceram como consultores. Tais assessorias e consultorias recebiam o nome de "extensão rural", uma vez que os técnicos extensionistas percorriam as fazendas a partir de escritórios situados em cidades de médio porte.

Nos anos 60, o governo norte-americano, tentando evitar a repetição do, então recente, fenômeno cubano, promoveu a reorientação de suas atividades junto aos países da América Latina através do programa "Aliança para o Progresso". Tal programa teve inúmeras facetas tanto urbanas quanto rurais, com programas assistenciais de alimentação, de educação, de saúde, de treinamento de quadros administrativos, e outros mais, cuja discussão foge ao escopo deste texto. Vale destacar, no entanto, que a extensão rural teve papel preponderante e se fez presente em um contexto no qual o debate acerca do imperialismo ianque adquiria contornos de guerrilha ideológica.

3 CONCEITOS CONFLITANTES

O governo brasileiro dos anos 50 até 64 foi marcado pelo caráter populista, voltado para a conciliação com as classes trabalhadoras urbanas que constituíam a sua base de sustentação, muito embora, mantivesse a aliança com a elite financeira e industrial.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) representou um enorme esforço nacional rumo ao desenvolvimento econômico: construção da nova capital em região bastante distante dos centros urbanos à época, implantação de inúmeras indústrias com concomitante ampliação da malha rodoviária ligando áreas de produção e consumo. Para a sociedade civil, tamanho esforço desenvolvimentista deveria ser acompanhado pelo desenvolvimento sócio-cultural, traduzido naquele momento pela bandeira da erradicação do analfabetismo, que atingia proporções assustadoras. Acreditava-se que através da educação e alfabetização a população brasileira poderia colocar-se a caminho em direção ao progresso.

Muitos foram os programas e projetos destinados a cumprir esta tarefa árdua, com características regionais muito marcadas e contando sempre com um grande envolvimento da juventude estudantil.

Em tal contexto, como foi assinalado anteriormente, marcado pelo entusiasmo revolucionário e nacionalista da juventude urbana, a presença norte-americana tinha um cunho imperialista fortemente rejeitado. Muitos autores estudaram os movimentos sociais no Brasil de então³, destacando a riqueza dos debates e do envolvimento de grandes parcelas de estudantes, universitários e trabalhadores em programas educacionais e culturais destinados a modificar o instituído.

A ditadura militar implantada pelo golpe de 1964 estabeleceu a repressão aos grupos que lutavam pela reorganização estrutural da sociedade, entre eles os movimentos de educação e cultura populares, cujos integrantes buscaram outras alternativas ao exercício de suas crenças e militância.

Para o nosso interesse neste texto, tais idéias e seus desdobramentos foram sobretudo importantes no conflito, que se seguiu, entre as duas formas de compreender o trabalho com comunidades. Em 1969, já no exílio, Paulo Freire publicou o livro a que deu o nome de "Extención o Comunicación?", onde conseguiu sintetizar a dicotomia que estava presente entre os dois termos, uma vez que representavam visões de mundo contraditórias:

Tentaremos demonstrar neste capítulo que a teoria implícita na ação de estender, na extensão, é uma teoria antidualógica.

Como tal, incompatível com uma autêntica educação. [...]

A antidualogicidade e a dialogicidade se encarnam em maneiras de atuar contraditórias, que, por sua vez, implicam em teorias igualmente inconciliáveis. [...] Entre as várias características da teoria antidualógica da ação, nos deteremos em uma: a invasão cultural. [...] O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetos de sua ação. As relações entre invasor e invadido, que são relações autoritárias, situam seus pólos em posições antagônicas. [...] Assim é que toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade. [...] O humanismo verdadeiro não pode aceitá-las em nome de coisa alguma na medida em que ele se encontra a serviço do homem concreto. Daí que, para este humanismo, não haja outro caminho senão a dialogicidade. Para ser autêntico só pode ser dialógico (FREIRE, p. 41-43)⁴.

Pelo exposto, pode ser percebido o antagonismo entre *humanismo* e *extensão*, entendida como invasão cultural. Este trecho, embora sucinto e fragmentado, é indicativo das posturas ideológicas assumidas durante a década de 60 pelas correntes teóricas orientadoras das ações dos militantes que desenvolviam trabalhos com comunidades, norteadas pelo *diálogo* ou pela *conquista*.

Os movimentos nacionalistas e de cultura popular pretendiam um trabalho educativo dialógico, que permitisse a interação entre educador/educando, considerados ambos como portadores de saberes diferentes, mas não antagônicos ou hierarquicamente relacionados. Já a educação preconizada pelos extensionistas significava o distanciamento entre educador e educando, sendo que ao primeiro cabia a função de transmitir conteúdos, passivamente recebidos

³ Para maior aprofundamento ver: BRANDÃO, C.A. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980. 198p; FÁVERO, O. *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 283p.; VALLE, E. *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. 144p.

⁴ FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 92p.

pelo segundo. Esta forma de educar foi denominada pelos seus críticos de "educação bancária", ou seja, havia um repositório de conhecimento legitimado como válido a ser descontado por aqueles que não o possuíam.

4 OS ANOS POSTERIORES: DÉCADAS DE 70 E 80

As décadas seguintes assistiram à repressão e conseqüente refluxo do movimento revolucionário da juventude intelectualizada, que buscou outras formas de atuar junto às classes populares, valendo-se, muitas vezes, das estruturas montadas pela Igreja Católica através das CEBs. De fato, o período de 1975 a 1985, presenciou a grande proliferação de movimentos sociais urbanos em praticamente todas as capitais e cidades de médio porte no país. Sua resultante é uma nova face da organização social, esculpida na resistência à ditadura e no engendramento da retomada do processo democrático, com o chamado governo da Nova República.

Simultaneamente, mas não por acaso, é este também o período em que uma nova matriz teórica penetrou no pensamento social, localizado nas universidades e nas organizações não governamentais (ONGs). Trata-se da apropriação do pensamento de Antônio Gramsci, cuja primeira tradução para o português, entre 1966 e 1968, passara despercebida.

Não é assim casual que o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda estejam na raiz do espetacular crescimento da influência gramsciana [...] a partir da segunda metade dos anos 70 - ou seja, simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais - os escritos de Gramsci começam a ser amplamente estudados e discutidos. A difusão do autor dos "Cadernos do cárcere" superou as fronteiras da universidade; alguns de seus conceitos fundamentais, em particular o de "sociedade civil" são cada vez mais utilizados em análises políticas e historiográficas publicadas no Brasil por autores comunistas, social-democratas, cristão-progressistas e até mesmo liberais. (COUTINHO, p. 105)⁵

O estudo das idéias do autor italiano arejou o pensamento dogmático da velha esquerda oferecendo elementos que possibilitaram repensar a organização e a participação da sociedade civil no cenário, também modificado, de uma economia industrial de massas.

A introdução dos novos conceitos como "hegemonia", "revolução passiva", "sociedade política", "bloco histórico" dentre outros, permitiram a aproximação das posturas antes conflitantes dos partidários da educação popular dialógica e da extensionista, neste momento já desligada da influência direta norte-americana. Despida de seu caráter de "invasão cultural", a extensão foi incorporada na prática de universidades, sindicatos e ONGs, significando o trabalho extra-muros, ou seja, levado para fora dos limites geográficos de cada instituição ao encontro com as comunidades carentes. O que se iniciara como uma tentativa de burlar a vigilância e controle oficiais adquiriu contornos nítidos de intervenção organizativa e educadora em comunidades e grupos sociais que vieram a se constituir como novos atores, mudando a face do regime governamental.

⁵ COUTINHO, C.N. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: COUTINHO, C.N. e NOGUEIRA, M.A. (org.) *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.104-127.

De tal forma esta prática conseguiu se institucionalizar, que a Constituição Brasileira elaborada após o período ditatorial, e oportunamente chamada de Constituição Cidadã de 1988, define como indissociáveis as atividades de ensino, pesquisa e extensão como função das universidades, legitimando e estabelecendo, dessa forma, o trabalho com comunidades e grupos sociais.

A sociedade brasileira, nestas longas seis décadas, não logrou diminuir a desigualdade, embora tenha progredido muito em termos de produção e consumo de bens e serviços, notadamente nas regiões urbanas habitadas pelos seus estratos médios e altos. Sobrevive nas periferias das metrópoles uma enorme massa de miseráveis, composta principalmente por pessoas desalojadas da zona rural pela crescente expansão das lavouras mecanizadas e/ou pela atração da sociedade de consumo exacerbado difundido pelos meios massivos de comunicação.

É principalmente entre esta população pouco escolarizada e, portanto, mais vulnerável à manipulação política e às conseqüências desastrosas das diretivas econômicas que as práticas de trabalho comunitário encontra campo fértil. De fato, são inumeráveis as experiências de atividades extensionistas desenvolvidas por universidades ou por organizações não governamentais nas áreas de nutrição, saúde, educação, planejamento familiar, saneamento básico, para só citar algumas. Deste trabalho surgem práticas de cidadania e de micro-política que se colocam como propostas de democracia participativa buscando suprir as carências deixadas pela democracia representativa.

5 FINALIZANDO

Dessa forma se gestou o terceiro momento da dialética: na superação das duas posturas iniciais conflitantes, o exercício de uma prática que foge ao assistencialismo e procura encontrar sujeitos políticos, fortalecendo o poder local como alternativa à eterna espera das soluções emanadas de um governo distante e inacessível.

No quadro de extrema desigualdade de nossa sociedade excludente, o trabalho extensionista em comunidades desempenha papel relevante de organização popular, em um processo de redimensionamento dos diversos espaços de reprodução social, criando possibilidades de respostas positivas aos desafios de descentralização e governabilidade. Estamos vivendo em um tempo histórico no qual a democracia representativa parece haver fracassado⁶ e as nações se agrupam em blocos econômicos desligados das políticas sociais. Nessa situação é cada vez mais importante levar aos desprivilegiados e excluídos os elementos que lhes permitam tornarem-se sujeitos sociais, capacitados a exercer a cidadania e lutar por seus direitos. Esse é o desafio que, ainda hoje, está colocado para o trabalho com comunidades.

Dados recentes relativos à pesquisa divulgada pela imprensa diária revelam que na América Latina, o Brasil é o "país onde menos habitantes consideram a democracia como a melhor forma de governo", as cifras indicam que apenas 50% da população apóia a democracia, contra 61% de média geral no continente. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/10/96, caderno 1, p.8)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMMANN, S. **Ideologia do desenvolvimento de comunidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

ANDRADE, A.M.C. **Um novo texto no contexto da informação popular: os centros de documentação e comunicação.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989. (tese de doutoramento) .

BAVA, S.C. **Desenvolvimento local.** São Paulo: Polis, 1996.

BOFF, L. **Dignitas Terrae; ecologia: grito da terra, grito dos pobres.** São Paulo: Ática, 1995.

BOSCHI, R.R. (ed.) **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1995.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREITAS, M.C.(org.) **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo.** São Paulo: Cortez, 1996.

GUTIERREZ, G. **Teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1985.

MELO, J.M.(ed.) **Communication and democracy: Brazilian perspectives.** São Paulo: ECA/USP, 1991.

SADER, E. (org.) **O mundo depois da queda.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

WANDERLEY, L.E.W. **Manifestações populares da sociedade civil brasileira.** In: SEMINÁRIO SOBRE DIREITO DOS POVOS, SOBERANIA NACIONAL E DEMOCRACIA. São Paulo, 1986 (não publicado).